

## INCRA e Cultura

### **Condsef cobra do Planejamento termo de reposição de dias**

21/01/2016 – A Condsef voltou a cobrar nesta quarta-feira retorno sobre assinatura de termo para definir a reposição de dias parados em função de greve legítima promovida por servidores do Incra e da Cultura. Dos setores da base da Condsef apenas essas categorias ainda não tem formalizado esse termo. Como nos moldes dos demais, o objetivo é garantir que a reposição aconteça por demanda represada. O Ministério do Planejamento informou que vai entrar em contato com a entidade ainda essa semana para uma resposta sobre o assunto.

Continua também a cobrança para solução de outras pendências. É o caso da situação dos servidores do Dnit que esperam dissolução de pontos que ainda não são objeto de consenso e buscar a assinatura de um acordo para a categoria. A entidade também busca uma audiência com o novo ministro do Planejamento, Valdir Salomão. Outro tema que vai seguir demandando atenção trata dos projetos de lei (PL's) que trazem reajuste

para a maioria dos federais. Para conferir a íntegra dos projetos clique nos links disponíveis aqui.

De modo geral, os acordos preveem um reajuste de 10,8% dividido em dois anos (ago/2016 e jan/2017), reajuste nos benefícios (alimentação, saúde e creche) e mudanças na regra da média da gratificação para fins de aposentadoria. Os reajustes nos benefícios acontecem a partir de 1º de janeiro. Veja aqui links para as portarias. Já as mudanças nas regras da média da gratificação para fins de aposentadoria serão escalonadas em três etapas, entre 2017 e 2019.

Este vai continuar sendo um ano de desafios. Todos os esforços serão essenciais para a consolidação de avanços nesse cenário político e econômico que ainda se mostra incerto. O ônus dessa crise não pode ser transferido ao trabalhador e a pressão e cobrança de novas posturas por parte do governo devem e vão seguir firmes. A participação de todos será fundamental para garantir conquistas. (Fonte: Condsef)

### **Armadilhas do consignado**

Por causa da crise, governos e prefeituras esticaram os prazos e os limites de pagamento de empréstimos consignados. É uma tentativa de socorrer servidores públicos endividados. Mas economistas alertam para o risco de uma armadilha financeira no orçamento doméstico. Os juros do empréstimo consignado são mais baixos porque o banco desconta diretamente do salário, ou seja, não existe risco de calote. Mas não dá para abusar. Os servidores federais também têm até oito anos para saldar a dívida. E desde outubro do ano passado, o limite passou de 30% para 35%. Para os aposentados, o prazo de pagamento é de, no máximo, seis anos. Os funcionários públicos estão optando por empréstimos a perder de vista. De acordo com um levantamento do Banco Central, o tempo médio de quitação em novembro de 2015 foi o maior no período de 14 meses. O problema é que quanto mais se estica o empréstimo, mais alta fica a dívida. "É bom pedir antes ao banco a simulação e olhar a soma de juros que você vai pagar, então uma forma de não cair na armadilha é olhar essa soma de juros porque ela assusta", aconselha a economista Myrian Lund, da

Fundação Getúlio Vargas (G1)